

# PEDINDO LICENÇA PARA FALAR: O SUJEITO NEÓFITO NA ACADEMIA<sup>1</sup>

Aline Priscilla de Albuquerque Braga (UFRN)  
[allinealbuquerque@hotmail.com](mailto:allinealbuquerque@hotmail.com)

Dayveson Noberto da Costa Pereira (UFRN)  
[dayvesonncp@yahoo.com.br](mailto:dayvesonncp@yahoo.com.br)

Valquíria Samara P. de Farias Vilar Saldanha (UFRN)  
[valquiriasamara@ymail.com](mailto:valquiriasamara@ymail.com)

Vanessa Cristina Maia dos Anjos (UFRN)  
[vanessacm.anjos@gmail.com](mailto:vanessacm.anjos@gmail.com)

Orientadora: Sylvia Coutinho Abbott Galvão (UFRN)  
[sylviabbott@cchla.ufrn.br](mailto:sylviabbott@cchla.ufrn.br)

## Introdução

Todos sabem que a Academia, assim como algumas instituições, é imbuída de poder, e, como tal, também cria as suas normas, legitimando-as e reproduzindo-as. Nesse sentido, as pessoas que não aderem a essas regras são impedidas de participar do jogo ideológico que aí se constrói. Cabe destacar que essas ideologias têm o discurso como a principal ferramenta para marcar as posições sociais “hierárquicas” desses indivíduos, uma vez que “as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Para convencer seus pares acerca da verdade de suas asserções, os cientistas dotam seu discurso de uma objetividade que os coloca como propagadores inquestionáveis daquilo que querem enunciar. Desse modo, os pesquisadores, para estarem em consonância com os seus pares da Academia, procuram esconder-se como sujeitos agentes da cena enunciativa. No entanto, é-nos sabido que, por mais que o sujeito discursivo reivindique ser objetivo – estar distante do seu objeto de pesquisa ou daquilo que ele pretende mostrar não emitindo julgamentos de valor ao que expõe –, sempre aparecerão em seu dizer marcas linguísticas evidenciadoras de que não há discurso neutro.

Em nosso trabalho, temos como objetivo analisar os recursos linguísticos utilizados, assim como o *ethos* discursivo construído por estudantes de graduação, na tessitura dos artigos acadêmicos-científicos. Como aporte teórico, utilizamos algumas teorias de analistas do discurso – Coracini (1991), Pêcheux (1997), Maingueneau (1993, 2005, 2008), Taschetto (2002), Amossy (2005). O *corpus* do trabalho é composto por quatro artigos acadêmicos produzidos por alunos de graduação em Letras, publicados no último volume da revista eletrônica *Ao pé da letra*, no primeiro semestre de 2011, e o nosso referencial metodológico é de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico.

## 1 Fundamentação teórica

### 1.1 As normas acadêmicas e o sujeito neófito

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado à professora Sylvia Coutinho Abbott Galvão, como requisito de avaliação na disciplina LET0430 *Leitura e produção de gêneros acadêmicos II*, ministrada pela referida docente, no semestre 12.1, a alunos do Curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O discurso é o principal meio utilizado pelas ideologias para marcar a posição hierárquica dos sujeitos em um determinado grupo social. Na visão de Pêcheux (1990 *apud* GREGOLIN, 1995, p.18),

O discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente

Segundo Orlandi (1983 *apud* CORACINI, 1991), além de seres individuais com capacidade e pensamentos próprios, os sujeitos da enunciação são também seres sociais, que partilham, com os indivíduos da comunidade à qual pertencem, atitudes, comportamentos e pontos de vista que acabam se tornando convenções. Na condição de sujeitos inseridos em um grupo social, aderem aos princípios que os unem, aceitando tais convenções, mesmo que de forma inconsciente.

De acordo com as normas convencionadas pela Academia, a enunciação do discurso nessa esfera deve ser homogênea, ou seja, caracterizada pela objetividade, pela impessoalidade, pela clareza e pela precisão. Os membros que possuem *status* na Academia, no entanto, têm certa “liberdade” para utilizar a subjetividade em seu discurso, ao contrário do sujeito neófito, que, em busca de conseguir a “aceitação”, subordina-se às normas acadêmicas ocultando, ao máximo, as marcas de subjetividade em seu discurso.

Ao nomear-se como *eu*, o sujeito neófito corre o risco de parecer, aos olhos dos membros da instituição, um indivíduo que não respeita a sua posição social hierárquica. Sobre a questão da nomeação do sujeito, Taschetto (2002) ressalta:

O sujeito não pode nomear-se como *eu*, isto é, estar presente, explicitamente, em demasia. *Eu* presente demais significa não solicitar acesso à Academia, significa já-estar-lá, o que pode acarretar um jogo de vaidades. Na Academia, parece estar em jogo uma espécie de “monopólio da autoridade científica”, que legitima o falar e o agir.

Apesar de não se nomear como *eu*, acatando assim as relações de poder instituídas pela Academia, o sujeito não consegue ocultar totalmente as marcas de subjetividade presentes em seu discurso. Quanto mais o sujeito tenta se esconder, mais aparecem marcas linguísticas indicadoras de que ele é o produtor do discurso.

## 1.2 Heterogeneidade discursiva: o apoio em discurso alheio

Na produção de um artigo científico, podemos observar uma heterogeneidade discursiva característica de tal gênero. O autor do texto ancora-se em outros textos para subsidiar suas ideias, apropriando-se, dessa forma, dos discursos alheios que já foram proferidos anteriormente e que vão permear o novo discurso que se produz, dando espaço para outras vozes, para outros sujeitos.

O sujeito que escreve encarna-se em outros sujeitos, nos quais passa a se apoiar, resumir ou refutar textos primeiros (fontes) que são discursos constituintes e que possuem uma autoridade discursiva para suscitar a produção dos textos “segundos”, havendo sempre uma relação hierárquica entre ambos. Por discursos constituintes, assim entende Maingueneau (2008a, p. 37):

Não foi justificada a necessidade de se agrupar numa unidade consistente discursos como o discurso religioso, o filosófico, o literário, o científico, etc. Enquadrá-los em uma mesma categoria, a de discursos constituintes, permite, porém, pôr em evidência propriedades comuns que são invisíveis ao primeiro olhar. A pretensão desses discursos, assim chamados de “constituintes”, é de não reconhecer outra autoridade além da sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos acima deles.

O falante de um enunciado é único, pois cada enunciado está relacionado a um único autor, identificado como alguém que enuncia e que é responsável pelo que está sendo enunciado, assumindo um papel de locutor. O locutor é o ser responsável pelo enunciado, mas não corresponde ao produtor físico do enunciado, e está isento de posicionamentos e valorações. Para o locutor, falar é uma questão de estratégia com a qual ele leva em conta o que percebe do interlocutor, o que há de incomum e os papéis desempenhados por ambos, ou seja, ele organiza seu discurso em função de sua própria identidade, da imagem que tem do interlocutor e do que já foi dito. Já o enunciador, por sua vez, é o ser cuja voz encontra-se na enunciação sem que se lhe possa atribuir palavras precisas; ele não fala efetivamente, mas seu ponto de vista está impresso no enunciado por meio de um locutor.

A noção de locutor está restrita ao sujeito que se apresenta no texto como responsável pelo que está sendo dito, o que não implica que ele seja, de fato, o produtor do enunciado. De acordo com Maingueneau (2008a, p.49),

Quando se trata de discurso constituinte – mais exatamente os textos “primeiros” de discursos constituintes, aqueles que são fontes da mais alta autoridade – , o locutor deve dizer construindo o quadro desse dizer, elaborar dispositivos pelos quais o discurso encena seu próprio processo de comunicação, uma encenação inseparável do universo de sentido que o texto procura impor. A situação de enunciação é, com efeito, um simples quadro empírico, ela se constrói como *cenografia* por meio da enunciação.

A partir do momento em que um enunciado de caráter científico é produzido, os leitores podem ter acesso a uma produção bastante heterogênea, em que diferentes vozes permeiam a superfície do texto, advindas de uma relação necessária que se mantém entre o discurso interior com o exterior, sem que as formações discursivas ocupem espaço em duas dimensões.

O pesquisador que produz um artigo científico é consciente de que produz um discurso que não resulta apenas de um desejo de saber, mas visualiza, em troca, a notoriedade existente no meio científico visado. Essa concepção da produção discursiva é reencontrada na teoria apresentada por Bourdieu (1976 *apud* Maingueneau, 1993), conforme observado no seguinte excerto:

O campo científico é o lugar de uma concorrência violenta onde o que está em jogo é o “monopólio da autoridade científica, indissociavelmente definida como capacidade técnica e como poder social da competência científica, sendo esta última entendida como capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) em matéria de ciência e que é socialmente atribuída a um agente determinado.

É por meio das citações que o autor de um texto visto como científico busca a adesão dos membros de uma comunidade científica. Ele procura o respaldo de quem já possui o renome dentro da Academia e confere ao seu próprio enunciado um discurso de autoridade

extraído dessas vozes já consagradas, em geral enunciados já conhecidos por uma coletividade, que gozam o privilégio da intangibilidade: são enunciados “fontes” que nunca se esgotam de comentários e análises.

A citação nada mais é que uma voz maior, uma alteridade discursiva que garante cientificidade ao enunciado de um sujeito ainda não “batizado” na comunidade científica. Esse autor profere falas pelas quais não se responsabiliza, e esse distanciamento de vozes pode marcar uma adesão em que sua própria voz se apaga diante de outra “superlativa” que garante validade à enunciação.

Em sua obra *Novas tendências em análise do discurso*, Maingueneau (1993) considera o fenômeno da heterogeneidade em dois planos distintos. O primeiro é o da heterogeneidade mostrada, que incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação; o segundo é o da heterogeneidade constitutiva, que aborda uma heterogeneidade que não é marcada na superfície textual.

Na trama dos enunciados que constituem o discurso enunciativo do artigo científico, podemos observar que muitos dos fenômenos que dependem da heterogeneidade mostrada ultrapassam a noção tradicional de citação e mesmo do discurso relatado (direto, indireto, indireto livre). Devido à impossibilidade de delimitar todas as possíveis marcas de heterogeneidade presentes nos discursos, o mesmo autor destaca a polifonia, por ser um dos mecanismos que nos fornece apoio ao pesquisador para realizar uma análise discursiva.

A heterogeneidade constitutiva é uma propriedade fundamental da linguagem. Os textos têm a propriedade intrínseca de se constituírem a partir de outros textos. Por isso, todos eles são atravessados, ocupados, habitados pelo discurso alheio. Um texto remete a duas concepções diferentes: aquela que ele defende e aquela em oposição à qual ele se constrói. Nele, ressoam duas vozes, dois pontos de vista. Sob as palavras de um discurso, há outras palavras, outro ponto de vista social. Para construir sua concepção sobre um dado tema, o locutor leva sempre em conta a de outro, que, de certa forma, está também presente.

### 1.3 *Ethos*: algumas considerações

Ao utilizar a linguagem, todos os indivíduos estão, automaticamente, construindo uma imagem de si e marcando a sua posição dentro de uma cena enunciativa. No entanto, essa imagem não está ligada tão somente ao enunciativo, mas também ao outro, já que é este que aceita ou recusa a enunciação.

A construção da imagem dos sujeitos é estudada em várias perspectivas, como a Retórica, a Pragmática Semântica e a Análise do Discurso, e, desde muito tempo, é denominada *ethos*. Tal nomenclatura tem origem grega (significa, em português, personagem) e foi conceituada, pela primeira vez, por Aristóteles. Dentro da Retórica Clássica, o filósofo dividiu os meios discursivos em três partes – *logos*, *ethos* e *pathos* –, estando a primeira no domínio da razão e as duas outras, no domínio da emoção. Ainda no que confere às duas últimas categorias, Aristóteles as diferenciou afirmando que enquanto o *ethos* está voltado para o orador, o *pathos* está voltado para o auditório.

Na Nova Retórica, Chaïm Perelman, fiel aos preceitos aristotélicos, rejeita separar essa trilogia. Porém, ao contrário do filósofo grego, que restringiu o estudo do *ethos* aos discursos judiciário, deliberativo e demonstrativo ou epidítico, Perelman aplicou essa noção a um número variado de discursos. Nesse sentido, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1989, p. 26) afirmam:

Essa nova retórica, mais do que as molas da eloquência ou a forma de se comunicar oralmente com o público, estuda a estrutura do argumento, o mecanismo do pensamento convincente, especialmente a análise de textos. Portanto, o objetivo da nova retórica ao incluir todos os tipos de discurso

escrito e até mesmo a deliberação em solilóquio, é muito mais amplo do que a retórica antiga<sup>2</sup>. (tradução nossa)

No entanto, por mais que existam diferenças entre essas duas perspectivas, o auditório é uma categoria de fundamental importância para ambas. Aristóteles, como se pode ver acima, definiu-o como *pathos*. Além do mais, para conseguir a confiança do auditório, o orador necessita criar um *ethos* voltado para a prudência, para a virtude e para benevolência. Já Perelman, assegura existirem três tipos de auditório: um primeiro, constituído por toda a humanidade; um segundo, constituído pelo(s) interlocutor(es), e um terceiro, constituído pelo locutor. O teórico ainda observa que o orador precisa se adequar ao auditório para o qual está proferindo o discurso, pois o objetivo da argumentação está na adesão do auditório, e não, necessariamente, na comprovação de algo.

Na Pragmática Semântica, Oswald Ducrot, a partir da sua teoria polifônica da enunciação, propôs uma noção de *ethos* voltada para o locutor<sup>3</sup> (representado por L), uma vez que as modalidades da fala desse sujeito são responsáveis por construir a sua própria aparência. Nesse viés, o sujeito falante real (representado por  $\lambda$ ) é apagado, pois “é o próprio enunciado que fornece as instruções sobre ‘o(s) autor(es) eventual(ais) da enunciação’” (AMOSSY, 2005, p. 14). Aqui, é válido salientar que existe uma semelhança entre os pensamentos de Ducrot e de Aristóteles no que concerne à imagem fidedigna que o orador tem de fazer de si no discurso para ganhar a confiança do seu auditório.

No entanto, por mais que estejamos ressaltando o entendimento de Ducrot quanto ao *ethos*, cabe ressaltar que o autor não desenvolveu uma teoria que se aprofundasse em tal concepção.

Na Análise do Discurso, teoria em que iremos nos debruçar a partir de agora, parte do trabalho de Maingueneau está relacionada com a noção de *ethos*, e esta, por sua vez, está articulada com a noção de cena de enunciação. Para o autor, existem três tipos de cenas enunciativas: a cena englobante (correspondente ao tipo de discurso), a cena genérica (equivalente ao gênero de discurso) e a cenografia (relacionada com o texto como forma de legitimar o discurso) (MAINGUENEAU, 2005).

É na enunciação que a personalidade do enunciador se mostra evidente, pois ao mesmo tempo em que ele passa a informação também está se afirmando ou, pelo menos, tentando afirmar quem ele é. Essa afirmação, ao contrário do que pensava Aristóteles, não diz respeito unicamente aos enunciados orais, mas a todo e qualquer discurso, inclusive o escrito. A esse respeito, são esclarecedoras as palavras de Maingueneau (2005, p. 98):

Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um *tom* que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito.

---

<sup>2</sup>Esta nueva retórica, más que los resortes de la elocuencia o la forma de comunicarse oralmente com el auditorio, estudia la estructura de la argumentación, el mecanismo del pensamiento persuasivo, analizando sobre todo textos escritos. Por tanto, el objeto de la nueva retórica al incluir todo tipo de discurso escrito e incluso la deliberación en soliloquio, es mucho más amplio que el de la antigua retórica.

<sup>3</sup> O teórico diferencia o locutor (representado por “L”) do enunciador (representado por “E”). Enquanto o primeiro é responsável pelo enunciado, o segundo, por outro lado, é responsável pelos pontos de vista que podem surgir no enunciado.

O fiador refere-se à caracterização do corpo do enunciador pelo destinatário, e este, para caracterizar o outro, tem como base a enunciação.

Nesse processo, o espaço social tem grande relevância, uma vez que o destinatário se apoia em representações sociais (estereótipos) que podem ser favoráveis ou não ao enunciador. Além do mais, o próprio fiador é parte de um “mundo ético” que contribui para a sua própria caracterização pelo coenunciador, esse mundo sempre será peculiar a cada fiador. O mundo ético de um professor universitário titular, por exemplo, contém cenas como aulas na graduação e na pós-graduação, orientações de mestrado e doutorado, realização de palestras, escrita de artigos científicos.

Para a consolidação de um *ethos* efetivo, segundo Maingueneau (2008b), é necessário que haja a interação entre um *ethos* pré-discursivo e um *ethos* discursivo, sendo este último formado por um *ethos* dito e um *ethos* mostrado e estando todos, é claro, manifestados na enunciação. A interação entre essas categorias se dá a partir do momento em que o *ethos* discursivo confirma, refuta ou reformula a imagem intrínseca ao *ethos* pré-discursivo. A interação também se realiza entre o *ethos* dito (surge quando o enunciador evoca a si mesmo no próprio discurso) e o *ethos* mostrado (surge a partir das “pistas” levantadas pelo coenunciador), pois a fronteira que separa os dois é de difícil visibilidade.

## 2 Análise do *corpus*

Como já foi exposto neste trabalho, o sujeito neófito na esfera acadêmica, para ser aceito por aqueles que já gozam de prestígio nesse ambiente, busca agir de acordo com as normas já convencionadas pela Academia. O seu discurso então deve ser dotado de uma objetividade tal que não haja espaço para que emanem na tessitura textual marcas de pessoalidade.

Dito isso, esta seção do nosso artigo destina-se a analisar o *corpus* selecionado, artigos escritos por apenas um autor, graduando em letras, e publicados na revista *Ao pé da letra*, com vistas a aferir quais recursos linguísticos são usados para que as marcas de subjetividade dos estudantes em processo de iniciação científica sejam ocultadas.

### 2.1 A citação

Para o sujeito neófito, torna-se quase uma obrigação, ao produzir textos científicos, fazer uso de citações do discurso de outrem, seja reproduzindo fielmente a fala alheia ou reformulando-a, isto é, dizendo-a com suas próprias palavras.

Ao se utilizar do dizer de outro, normalmente, de pesquisadores bem mais renomados que ele, o sujeito neófito traz para seu texto argumentos de autoridade, o que garante a credibilidade e a relevância de que a argumentação de um texto acadêmico científico precisa. O uso do discurso alheio também permite que esse sujeito se esquive da responsabilidade daquilo que é enunciado.

Pode-se afirmar, então, que, na superfície de um texto, estabelece-se uma situação de interação primordial para a construção dos sentidos: um diálogo constante entre o discurso daquele que o produz e os tantos outros discursos que o compõem. Essa heterogeneidade discursiva pode ser marcada por meio de uma série de recursos linguísticos que denuncia a presença do outro.

Dito isso, cabe-nos analisar como graduandos em Letras, sujeitos novatos/inexperientes na esfera acadêmica, gerenciam as múltiplas vozes que trazem ao seu texto – as deles e as alheias –, considerando o *corpus* previamente selecionado.

### 2.1.1 Discurso citado direto

(01)

[...] Assim, Kleiman expõe sobre a realidade na sala de aula:

A prática de sala de aula, não apenas a aula de leitura, não propicia a interação entre professor e aluno. Em vez de um discurso que é construído conjuntamente por professor e alunos, temos (...), na maioria dos casos, um monólogo do professor para os alunos escutarem. Nesse monólogo o professor tipicamente transmite para os alunos uma versão, que passa a ser a versão autorizada do texto (KLEIMAN, 1996:24).

Nesse sentido, pensamos que o livro didático, quando utilizado como única ferramenta no tratamento de textos na sala de aula, acaba sempre por anular a capacidade de interpretação do aluno. [...]

No fragmento (01), o enunciador, por um instante, apaga-se no texto e se apresenta como uma espécie de porta-voz para apresentar o dizer de uma renomada teórica no tema sobre o qual ele escreve. A formatação do discurso citado (a fala de Kleiman) destoa do discurso citante (a fala do aluno de graduação) e isso evidencia a necessidade de o sujeito neófito demonstrar que, naquele momento, a voz que comanda o texto foi atribuída a outro sujeito. Para que isso seja notado, ele lança mão de todos os recursos tipográficos possíveis a fim de que o leitor, em hipótese alguma, venha a confundir as vozes presentes na estrutura textual. O discurso citado, dessa forma, encontra-se (bem) delimitado pelo recuo e pela diminuição da fonte; além disso, ao introduzir o discurso alheio, o produtor do texto o faz utilizando outros recursos delimitadores, os “dois pontos” (:), sinal gráfico que comumente anuncia uma citação, e o verbo “expor”, verbo *dicendi*, cuja relação predicativa se estabelece com o termo “a autora”, para indicar que ELA vai dizer alguma coisa. Como outro elemento delimitador, ainda é possível enumerar a referência entre parênteses que indica a autoria do texto citado, contendo o sobrenome da autora, o ano de publicação do livro e a página em que se encontra o fragmento inserido no texto.

Cabe-nos afirmar que, ao delegar o turno de fala a outro indivíduo por meio do discurso citado direto, o graduando usa essa voz para sustentar o que ele quer defender, ou seja, indiretamente fala através do outro ainda que se isente de qualquer responsabilidade pelo que é dito. Só após a conclusão do discurso alheio, ele volta a expor o seu dizer, sendo, nesse caso, para comentar o texto da autora disse concordando com ela. Só então, ele volta a se manifestar de uma forma mais direta no texto.

### 2.1.2 Discurso citado indireto

(02)

[...] Concordamos, assim, com Bortoni-Ricardo (2008) ao afirmar que essa forma de pesquisa não busca testar relações entre fenômenos ou criar leis universais, mas sim entender e interpretar fenômenos e processos socialmente situados num contexto. [...]

Formalmente, o discurso citado indireto caracteriza-se por ser uma oração subordinada substantiva objetiva direta, introduzida por um verbo *dicendi* – no caso do fragmento (02), o verbo “afirmar” –, acompanhado da conjunção integrante *que*.

Nesse mesmo fragmento, podemos notar que o sujeito neófito também se apoia no discurso de um pesquisador renomado para conferir credibilidade ao seu dizer; no entanto, ao contrário do discurso direto, as marcas que separam as vozes não estão tão nítidas. O produtor do texto parafraseia o dizer de Bortoni-Ricardo fazendo uso de suas próprias palavras e, dessa forma, torna-se difícil identificar exatamente quais as palavras que a autora do discurso citado utilizou de fato. Imagina-se que as palavras ditas pelo produtor do artigo sejam um equivalente semântico das palavras de Bortoni-Ricardo, pois ele não quer reproduzir fielmente o que o outro diz, mas apenas extrair um sentido daquela fala para produzir e sustentar o seu dizer.

### 2.1.3 Modalização em discurso segundo

(03)

[...] Para Amossy (2008), a apresentação de si não se limita, portanto, ao universo retórico, à arte de argumentar. Não se restringe a uma técnica sistematizada e ensinada. Ela se concretiza, cotidianamente, nas trocas verbais corriqueiras e pessoais. A construção de uma imagem de si está intimamente ligada à enunciação. [...]

No fragmento (03), o sujeito iniciante na Academia busca mascarar a sua subjetividade usando a modalização em discurso segundo para delegar a outro, normalmente um pesquisador de renome, a responsabilidade daquilo que é enunciado ao passo que comenta a sua própria fala e, dessa forma, se mostra no discurso; além disso, fundamenta o seu dizer no dizer de outro com mais autoridade que ele. Esse tipo de discurso é comumente introduzido por índices preposicionais – no caso do fragmento analisado, pela preposição *para*.

### 2.1.4 Ilhota citacional

(04)

[...] Mas, como sabemos, a caracterização da nacionalidade literária ultrapassa uma visão meramente geopolítica e restrita a um simples aspecto linguístico. Até porque “se encerrarmos a obra literária na unicidade da língua” ou se a concebermos simplesmente “como um monumento linguístico, destruiremos o acesso a suas formas como formas da literatura como um todo.” (BAKHTIN 1997:105).

No fragmento (04), o sujeito neófito faz uma espécie de mistura do seu próprio discurso com o discurso literal do outro, o qual se encontra integrado à sintaxe do texto, mas claramente delimitado por recursos tipográficos – no exemplo analisado, por meio de aspas. Fazendo uso desse recurso, o enunciador não se revela totalmente, pois não assume o discurso em sua totalidade.



## 2.2 Nós: o plural de modéstia

Outra estratégia para que o sujeito neófito seja bem-visto na comunidade científica pelos mais experientes é mascarar-se enquanto pessoa que fala. No *corpus* analisado, notamos que, embora os artigos tenham sido escritos por uma pessoa apenas, os sujeitos autores se nomeiam como se fossem mais de um, apresentando-se por meio do pronome plural *nós*.

(01)

[...] Entretanto, **nos deteremos** à primeira fase: nessa geração, os românticos tinham a preocupação de “propor” uma identidade brasileira, que se desvinculasse da de Portugal, buscando no passado histórico elementos de origem nacional. [...]

No fragmento (01) pode-se perceber que o pronome *nós*, que é na verdade um *eu*, pois denota a pessoa quem fala, encontra-se, no exemplo exposto, associado a um verbo que indica o que vai ser feito (“deter”). Essa estratégia confere um tom solene ao enunciado, pois explicita quem é o responsável pelo que é dito sem demonstrar “arrogância” ou “presunção”. Além disso, essa marca de subjetividade revela o lugar desse sujeito no mundo; o social, o histórico e o ideológico que circundam esse sujeito. Nos casos específicos, revelam que esse sujeito-enunciador é alguém novato que busca aceitação no meio em que está se inserindo.

(02)

[...] Desde as primeiras manifestações literárias no Brasil, muitas discussões surgiram acerca da nacionalidade de **nossas** letras e, por muito tempo, propagou-se a ideia de que tais produções pertenciam à Literatura Portuguesa [...]

(03)

[...] Aqui, **presenciamos** uma divisão da turma em relação ao tipo de estratégia, apesar da constatação de que 13 responderam leitura e debate, bem como essa opção também foi confirmada pelo professor. [...]

Nos fragmentos (02) e (03), o sujeito-enunciador também aparece camuflado sob a primeira pessoa no plural; no entanto, nos exemplos apresentados, esse uso do plural majestático comporta outras intenções. No trecho (04), o uso do pronome “nossas” constitui-se no seu uso mais amplo, pois corresponde a um eu + tu + ele, e o enunciador o coloca como uma coletividade mais ou menos universal e se coloca como o representante de todos os brasileiros que partilham de uma mesma literatura. Dessa forma, no caso em análise, a marca de subjetividade também revela o lugar desse sujeito no mundo. No trecho (05), por sua vez, a forma verbal “vejamos”, além de revelar o sujeito enunciativo representado pelo plural de modéstia, também constitui uma espécie de convite para que o leitor partilhe dos mesmos pontos que ele defende, ou seja, ele inclui o leitor em seu discurso.

### 2.3 A construção do *ethos* nos artigos científicos

Nesta última etapa da análise, tomamos a noção de *ethos* no viés da Análise do Discurso – representada aqui por Maingueneau – para depreender a imagem dos graduandos construída no discurso de cada um dos quatro artigos científicos.

O locutor desse gênero discursivo, hoje, pode apresentar o seu dizer em diferentes formas: escrever em primeira ou em terceira pessoa seja do singular ou do plural; seguir, rigorosamente ou não, a estrutura padrão do artigo (introdução, referencial teórico-metodológico, análise dos dados e conclusão); recorrer à apresentação dos resultados de experimentos ou à defesa de uma teoria. No entanto, essa liberdade vai depender da área, bem como do sujeito que escreve o artigo. Sendo assim, um artigo sobre cirurgia ortognática (pertencente à área biomédica) pode ser escrito em uma estrutura organizacional diferente de um outro sobre a poesia contemporânea (pertencente à área humanística), como também um graduando do curso de Odontologia não deve escrever um artigo da mesma forma que o seu orientador- professor doutor.

É notório que, entre as duas últimas afirmações, a de que os graduandos “não devem” escrever como os seus professores é a mais contundente. Isso se deve, como já foi bem enfatizado ao longo deste trabalho, às regras impostas pela Academia, Para satisfazer seu desejo de continuar integrado a essa esfera social, o sujeito neófito precisa obedecer às normas impostas pela comunidade acadêmica.

A obediência a tais normas é decisiva para a construção do *ethos* dos graduandos. Nos artigos analisados, observamos quatro fiadores que constroem os seus textos respaldados no discurso alheio (nesse caso, o teórico), e isso é o que se espera no âmbito universitário, tanto para os recém-chegados à Academia quanto para os veteranos.

Inicialmente, visando realçar o *ethos* discursivo (*ethos* dito) de alunos da graduação, os autores de três artigos se posicionam como orientandos:

Graduando em Letras pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Trabalho oriundo de projeto de pesquisa financiado pelo PIBIC/CNPq/UFTM, sob orientação do Professor Acir Mário Karwoski.

Trabalho apresentado ao Prof. Marcelo Almeida Peloggio, sob sua orientação, como requisito de aproveitamento de créditos e avaliação na disciplina Literatura Brasileira I, ministrada pelo referido docente no Curso de Letras da Universidade Federal do Ceará-UFC.

Artigo produzido durante o Curso de Licenciatura em Letras – Português/Espanhol na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – Uberaba – MG sob orientação do Prof. Acir Mario Karwoski. Projeto PIBIC, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Esse posicionamento também cria um *ethos* de indivíduos “assujeitados” ao sistema, pois a escrita do artigo sofre a intervenção de um professor que, posicionado no topo das relações de poder na universidade, tem os *ethé* de experiência, de competência e de autoridade para fazer os ajustes que achar necessários.

Adiante, esse *ethos* de indivíduos “assujeitados” ao sistema volta a aparecer, mas agora ele se realiza a partir das formas linguísticas que indicam a pessoa. Por mais que os sujeitos neófitos sejam orientados a usar a terceira pessoa para deixar o discurso “neutralizado”, nos quatro artigos houve o emprego da primeira pessoa do plural e, paralelamente, a construção de uma imagem coletiva. O emprego do “nós” pelos enunciadores mostra a dependência que esses indivíduos têm às teorias, aos orientadores, às normas reproduzidas na e pela Academia. Essa coletividade, inclusive, vai ser a responsável por criar o *ethos* de “humanidade” dos graduandos, pois eles reconhecem as suas limitações e buscam outras pessoas para identificar, geralmente, os erros na escrita.

Além do mais, a ideia de coletividade está associada, também, ao fato de não se fazer pesquisa sozinho, mas sempre em conjunto. Mesmo que o outro não seja um parceiro de investigação, não podemos excluir desse processo, por exemplo, os colaboradores que fornecem os dados.

É válido ressaltar, ainda, que o “nós” abarca um “eu” e um “tu” que se manifestam mutuamente. Isso nos leva a crer que o graduando, mesmo sendo um sujeito neófito, é membro da universidade e, em tal condição, precisa se pronunciar como tal. Nesse caso, o *ethos* de graduandos “com voz” é posto juntamente ao *ethos* de indivíduos “assujeitados” ao sistema.

O uso da primeira pessoa do singular, por outro lado, ainda é visto como uma forma inadequada para instaurar o discurso científico, mas aqueles que há muito tempo pesquisam têm a “licença” concedida pela Academia para construir um enunciado com marcas explícitas de personalidade. O graduando que usa a primeira pessoa do singular para escrever artigos científicos pode correr o risco de construir um *ethos* de presunçoso, mesmo que essa não seja a sua intenção.

Dentro das categorias propostas por Maingueneau (2008), os dois últimos *ethé* apresentados, construídos nos quatro artigos, evidenciam o *ethos* mostrado, uma vez que nós, como coenunciadores, apenas reunimos os indícios no discurso dos sujeitos neófitos.

### **Considerações finais**

Neste artigo, buscamos analisar o discurso do membro neófito em artigos acadêmicos-científicos, observando como tal sujeito se comporta diante das normas científicas; as marcas linguísticas de subjetividade e o *ethos* discursivo construído nos textos. Ao longo da análise, constatamos que o sujeito neófito, mesmo tendo de seguir as regras impostas pela Academia, como, por exemplo, ocultar as marcas de subjetividade, encontra “brechas” para se mostrar como produtor do discurso. Essa atividade, no entanto, é realizada de forma amena, tendo em vista que esse sujeito ainda não possui experiência nem prestígio para se afirmar como pesquisador.

### **Referências**

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica do *ethos* à análise do discurso. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-28.

CORACINI, Maria José. F. R. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: EDUC; Campinas: Pontes, 1991.

GREGOLIN, M. R. F. V.. Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações. **ALFA**, v. 39, p. 13-22, 1995. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Tradução e organização Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo e Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez: 2005.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de la argumentación: la nueva retórica**. Tradução Julia Sevilla Muñoz. Madrid: Editorial Gredos, 1989.

TASCHETTO, T. R. . A presença do sujeito no discurso acadêmico. **Expressão**, Santa Maria, RS, v. 01, n. 01, p. 233-239, 2002. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno05-03.html>>. Acesso em: 28 jun. 2012